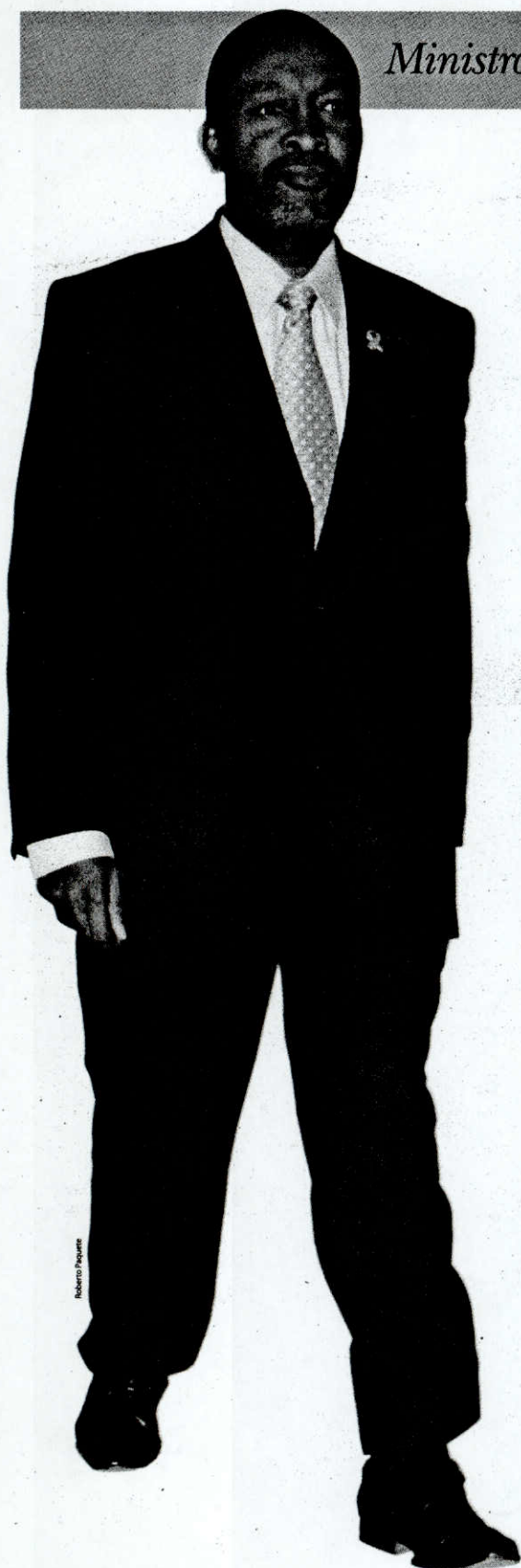


PANO DE FUNDO

Ministro da Educação, Aires Ali, em balanço



A educação está a chegar a mais gente no país

Aires Ali diz que as ONG têm um papel fundamental na expansão da educação no país, mas é o Governo que tem feito mais para o avanço do sector

Jeremias Langa
Jeremias.langa@soico.co.mz

Dados do INE de 2003 referem que, na altura, a nível nacional, sem distinção de idades, 72,1% da população não tinha nenhum nível concluído; 16,4% tinha EP1; 7,5% EP2 e 3,9% Secundário e mais. Um dos objectivos do governo neste quinquénio era priorizar o acesso à escola de maior número possível de cidadãos. Que nível de mudança aconteceu de 2003 até agora?

O nosso sentimento é de satisfação, porque sentimos que a missão foi cumprida a nível deste mandato. Mas sempre que há um nível de satisfação, em contrapartida cresce a consciência sobre o quanto falta por fazer. Um dos grandes avanços do nosso Governo, nos últimos cinco anos, foi a expansão da rede escolar, a oportunidade que demos a muitos moçambicanos de poderem ir à escola. Hoje, podemos dizer, por exemplo, que os maiores ganhos estão ao nível do ensino primário (EP1 e EP2), onde a taxa nítida de escolarização subiu para 99,2 por cento.

De acordo com dados do INE referentes a 2004 e 2005, as taxas de analfabetismo são mais elevadas nas províncias do centro e norte do país: 70,1% em Cabo Delgado; 62,6% na Zambézia; 62,4% em Nampula; 62,3% em Niassa. Vão baixando quando descemos em direcção ao sul do país. O plano

de educação tem em vista este aspecto regional? Qual é o nível de intervenção ao nível das províncias do norte e centro do país?

As melhores iniciativas que temos na área de educação de adultos acontecem principalmente nas províncias do centro e norte do país. Sofala, por exemplo, tem uma experiência interessantíssima de utilização dos alunos para alfabetizar os seus encarregados de educação. É uma experiência que foi estendida por todo o país e está a dar resultados excelentes. Introduzimos também a utilização da rádio e, futuramente, da televisão, e tudo isto fez com que até 2008 nós pudéssemos ultrapassar aquilo que era a meta para o quinquénio. Propúnhamo-nos a alfabetizar um milhão de pessoas, e até início de 2008 já tínhamos 1.3 milhão de pessoas alfabetizadas.

As ONG têm um papel fundamental na expansão da educação no país. Como o Governo faz a distinção da sua obra das ONG?

Nós sempre promovemos o envolvimento da sociedade civil e de outras organizações na educação, e está provado que a educação é tarefa de todos nós. O que nós sentimos é que neste mandato as organizações da sociedade civil avançaram, mas o Governo avançou mais ainda. Nós tínhamos províncias que levaram vários anos sem construir 50 salas de aulas e actualmente constroem entre 200 e 300 salas de aulas por ano.

Os dados em meu poder indicam que em 2005 existiam no país cerca de 10.207 escolas, e em 2008 o efectivo aumentou para cerca de 12.238 escolas. O EP1 passou de cerca de 8.600 para cerca de 9.600; o EP2, de cerca de 1.300 para 2.200; o ESG1, de 156 para 290; e o ESG2, de 35 para 70. Nota-se um claro afunilamento à medida que vamos subindo. É deliberado o esforço de priorizar a expansão nos níveis mais básicos?

É deliberado, sim. Por uma questão estratégica, o nosso maior objectivo é assegurar que todo o cidadão possa ter acesso à educação e a escola tem que ser um instrumento de capacitação do moçambicano para ter as noções básicas de modo a que, depois, possa continuar a sua formação. Portanto, é obrigação do Estado assegurar educação a todos os cidadãos, e isso parte do ensino primário. Mesmo no Orçamento do Estado, a maior fatia do bolo tem de ser para o ensino primário.

Como é que olha para o enorme exército de estudantes que termina a 12ª classe e que tem quase uma única opção: entrar no ensino superior ou tentar encaixar-se num posto de emprego precário, porque não sabe fazer nada?

Ter a 12ª classe já é um grande privilégio. Significa que neste momento, em Moçambique, é um cidadão que deve ter uma grande capacidade e criatividade de encontrar soluções para a vida.

PANO DE FUNDO

Ministro da Educação, Aires Ali, em balanço

“O facto de termos mais alunos no sistema já é sintoma de qualidade”

Aires Ali assume culpa na incompreensão que gerou o sistema de passagens semi-automáticas

Uma das maiores discussões em torno da educação é sobre a sua qualidade. Há quem defenda que ao priorizar a expansão, o Governo descarta a qualidade. Qual é o seu comentário?

Eu penso que não é correcto dizer que estamos a descarrar a qualidade. O facto de termos mais alunos no sistema já é qualidade, porque o objectivo é termos moçambicanos a terem uma formação adequada.

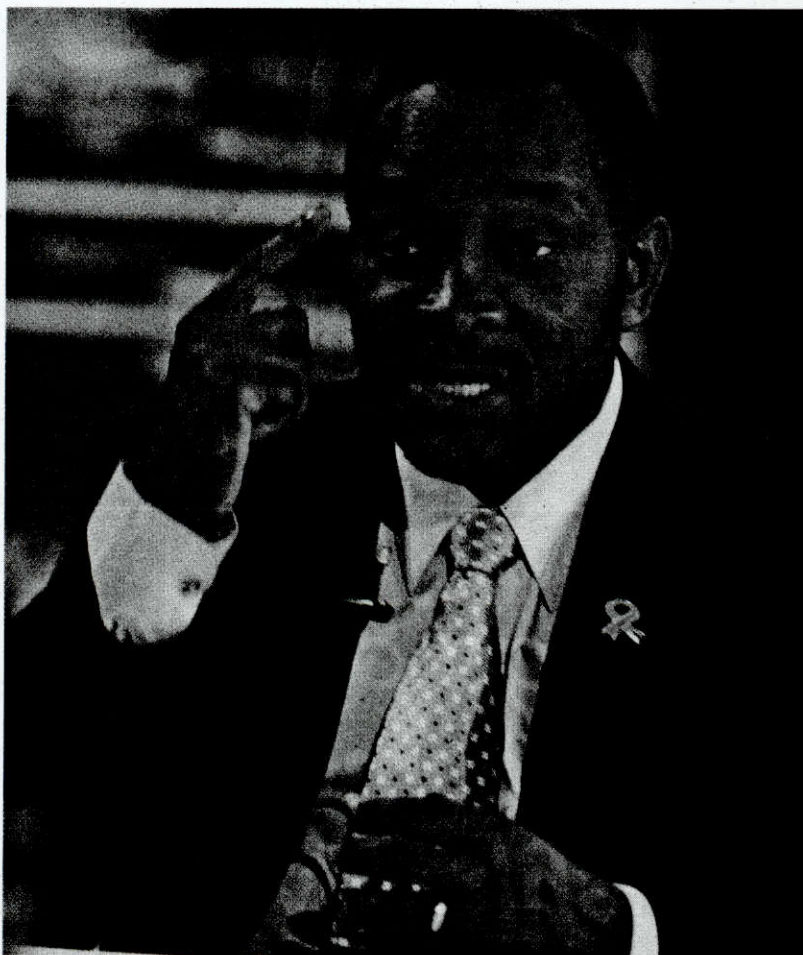
Olhando para a nossa educação actual, acha que a mesma tem mais qualidade?

Sem dúvidas, é melhor do que a que tínhamos antes. Nós estamos a resolver os problemas que herdámos, mas a exigência de qualidade é permanente e é bom que continue a ser. Estamos agora a aumentar o número de professores, com a adopção da formação de 10ª classe mais dois anos e 12ª mais um ano.

E acha que esse é o melhor caminho? Um aluno da 10ª/12ª classe actual, com todas as dificuldades que lhe reconhecemos, tem capacidade para transmitir conhecimento aos outros? Não estaremos a criar um ciclo vicioso de deficiências?

Eu diria que não. Ele vai transmitir aquilo que tem e nós vamos melhorando, dando-lhe oportunidade de continuação da sua formação na Universidade Pedagógica, entre outras acções.

Como interpreta que grande parte das classes média/alta e alta, com poder económico, bem como dirigentes políticos, tenham os seus filhos a estudar fora? Não será um sinal de que



Roberto Frequentes

não dão crédito ao sistema nacional de ensino?

Eu acho que não, também não podemos generalizar. Nem toda a gente coloca os filhos fora, os meus filhos fizeram o ensino secundário aqui em Moçambique.

RÁCIO PROFESSOR-ALUNO

Apesar da expansão do ensino, de acordo com os dados do INE referentes a 2007, o rácio aluno-professor continua a níveis muito altos. No ensino primário, em 2007, o rácio era de 65.9 por cento; 44.3 por cento para o secundário; e 42 por cento para o superior. O que se perspectiva para o final deste mandato?

Olha, melhorámos bastante. Neste mandato, conseguimos contratar cerca de 10 mil professores por ano e isto visa a redução deste rácio.

Em relação à formação de professores no período em análise, os dados mostram-nos que depois de um crescimento do número de professores nos anos 2005 (11.833 professores formados) e 2006 (12.529 professores formados), registou-se uma significativa queda no número de professores formados para o Ensino Geral (6.549) em 2007, e 7.781 em 2008. A educação já satisfaz o nível das suas necessidades?

Não, ainda estamos muito lon-

ge disso. O que nós fizemos foi reajustar os programas para eliminar alguns modelos de formação de professores. Como eu dizia no início, alguns modelos foram eliminados e introduzimos outros para termos, anualmente, maior saída de professores, e esse ritmo já está estabilizado. Conseguimos ter institutos de formação de professores em todo o país.

Alguns professores queixam-se de questões de ordem motivacional, não se sentem valorizados. Há sensação de que ser professor é uma ocupação de quem não tem nada a fazer...

Todos os professores são importantes. É claro que é uma profissão que exige muito sacrifí-

cio e, infelizmente, não conheço nenhum país que consiga pagar ao professor aquilo que deve receber. O que nós temos estado a fazer é melhorar as condições de trabalho nas escolas e também tentarmos ajustar tudo o que é necessário para que o salário dos professores e outros materiais cheguem a tempo. A imagem que se projecta do professor também não ajuda.

Acha que há alguma hostilização dos professores por parte da sociedade?

Não digo por parte de toda a sociedade, mas, às vezes, quando abordamos alguns assuntos, fazêmo-lo de tal maneira que parece que toda a classe do professor é igual. Não devemos dizer que todo o professor não respeita as alunas, isso não é verdade. Temos muitos professores bons. É certo que alguns são mercenários, mas não devemos generalizar.

Uma das coisas que se nota na educação é professores que dão aulas de manhã numa escola, à tarde noutra e à noite numa terceira, para acumularem recursos para terem uma vida condigna...

Não é correcto, na minha opinião. Vamos gradualmente superar este processo, primeiro na gestão. Por isso que eu falava da formação de gestores. Isso cabe muito aos dirigentes da educação, aos directores das escolas. Eles é que devem aprovar o horário e o programa do professor. Esta medida de controlo deve ser acompanhada pelo fornecimento de mais professores. Infelizmente, temos escolas em que se envia professores de uma determinada direcção distrital e dizem que não precisam, mas pagam horas-extra a outros professores. São estas situações que a inspecção tem que estar em cima e controlar.

No ano passado houve uma grande agitação entre os professores. Foi-lhes retirado o subsídio técnico, facto que emagreceu ainda mais o seu já magro salário. Como explica isso?

Agora resolvemos esse problema, com a reforma salarial, mas isso era uma situação que ocorria em algumas províncias em que

PANO DE FUNDO

não havia interpretação correcta das coisas. Um determinado professor podia estar num ministério a receber como técnico e ao mesmo tempo receber como técnico na escola onde leccionava. Isso é duplicação, não fazia sentido.

PASSAGENS AUTOMÁTICAS

Em 2007 foi concluída a implementação do novo currículo do ensino básico em todas as classes – o chamado sistema de passagens semi-automáticas. Ora, gerou polémica e incompreensão entre pais, encarregados de educação, comunicação social e até alguns professores. O que está por detrás da sua adopção?

Mesmo que tivesse sido bem feito, tínhamos que ver o resultado. Então, se o resultado é esse, quer dizer que alguma coisa falhou. Eu já vim a público reconhecer isso. Efectivamente, em algum momento, nós não fizemos um trabalho suficientemente amplo. Mas há que reconhecer que a uma criança que entrou hoje na escola e não sabe português, temos que dar um período para aprender. O sistema de passagens automáticas permite acompanhamento ao aluno.

Mas deu a sensação de que só os técnicos da educação é que conheciam este sistema, as suas vantagens. Os destinatários estavam a leste do mesmo...

Depois de termos constatado isso, lançámos uma ofensiva, a nível interno do Ministério. Havia, até, professores que não conheciam o sistema. Fizemos as jornadas pedagógicas para os professores aprofundarem a questão da metodologia e também entenderem este sistema, e estamos a ter resultados bons.

Sob ponto de vista pedagógico?

Neste ângulo, estamos ainda em avaliação. O INDE está a fazer esse estudo, mas à primeira vista os resultados são bons.

Ano passado foi introduzida a correcção electrónica dos exames, que também gerou muita polémica e incompreensão. O que aconteceu de facto?

Alguma maquinaria chegou tarde e isso fez com que alguns formadores não estivessem formados devidamente. Criou-se problemas, em que o aluno não teve conhecimento do seu código, e isso causou uma desordem.

PUB

Vamos globalizar ▶

NOSSAS IDEIAS

E AJUDAR a construir um mundo melhor

Estabelecer contactos certos significa fazer parte do futuro. É isso que queremos, estar em contacto permanente consigo, ajudá-lo a tomar decisões mais acertadas e encontrar as parcerias que sejam relevantes. www.standardbank.co.mz
Seguindo em Frente.

Standard Bank

PANO DE FUNDO

Ministro da Educação, Aires Ali, em balanço

Falta-nos sistema de controlo do que acontece nas nossas universidades

Há semanas, tivemos exames extraordinários. Há garantias de que o sistema está assimilado e não se voltará a viver os mesmos problemas do ano passado?

Absolutamente. O sistema ganhou fiabilidade e estamos cientes de que já ultrapassámos os problemas.

No âmbito do ensino superior no período de 2005 a 2008, o MEC efectuou a conclusão e avaliação da fase piloto do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e Acreditação (SINAQUES) e do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA). O que é que estes sistemas trazem de novo para o ensino superior no país? Até que ponto estes sistemas vêm garantir a qualidade deste ensino no país?

Nós demos um salto nesse sentido. Estes instrumentos são fundamentais, primeiro, porque houve um crescimento necessário do ensino superior, quer público, quer privado, em todo o país. Este crescimento tem que ser acompanhado pela formação de um corpo docente à altura, e o Governo está apostado em nos próximos tempos formar mestrados para a vida académica, para a investigação; mestrados que façam docência e também a extensão.

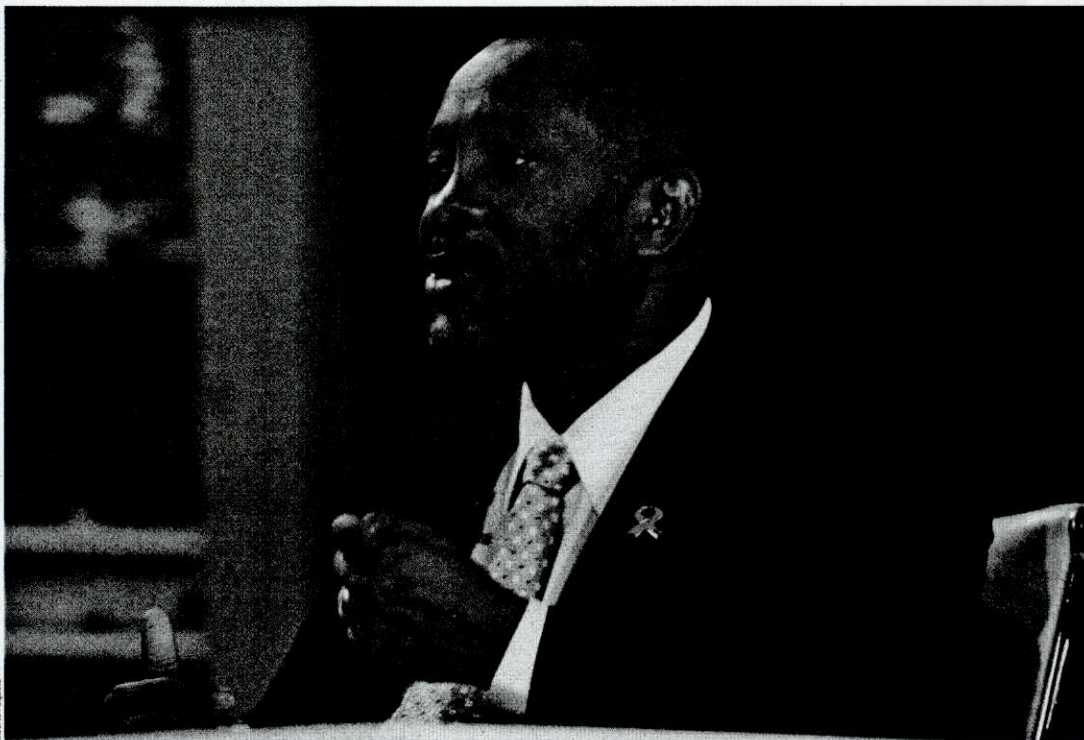
Qual nível de controlo que o MEC tem sobre as nossas universidades?

Ainda não é satisfatório, na nossa opinião. Naturalmente que a grande responsabilidade está e vai continuar a estar nos reitores de cada uma das universidades.

Nesta altura, o Estado não sabe, por exemplo, o que está a acontecer na A Politécnica, no ISCTEM, só para citar as universidades privadas mais antigas?

Sabe. O problema é do ponto de vista do pormenor e de investigação. Nós temos estado a formar equipas *ad-hoc* para ver uma e outra situação, mas precisamos de ter um sistema estruturado, uma autoridade.

O sr. ministro acompanhou, com certeza, a polémica que houve em volta da revisão curricular no ensino superior, em particular na Universidade Eduardo Mondlane. Qual é a sua percepção em relação a esta matéria?



A minha opinião é que a reforma é necessária e tem que continuar a acontecer. Por isso que o Conselho de Ministros aprovou aquilo que julgávamos que era o impedimento legal para que as instituições do ensino superior pudessem avançar. Agora, as instituições têm o caminho aberto para fazer esse debate e devem continuar.

O problema é que a aplicação dessa reforma iniciou bem antes da aprovação, pela Assembleia da República, da revisão da Lei do Ensino Superior, que abriu caminho às universidades nesse sentido...

Eu acho que foi bom, porque esse debate já estava a acontecer. Recordo-me que foi em 2007 que exortei as universidades a fazerem o debate internamente, para termos consensos. Uma universidade avançaram mais e outras menos. E a Universidade Eduardo Mondlane é a mãe, então, o debate avançou mais lá.

CULTURA

O património cultural é uma das riquezas mais poderosas que uma nação pode ter e a sua divul-

gação, associada ao turismo, pode em muitos casos originar fontes de receitas para o país e para as comunidades locais. Neste contexto, que medidas concretas têm sido levadas a cabo com vista a promover o património cultural do país, em parceria com o desenvolvimento das actividades de turismo?

Estou muito feliz com aquilo que conseguimos realizar na área da cultura. Este último ano foi consagrado à cultura. Tivemos várias conferências internacionais; tivemos a nossa conferência nacional de cultura; tivemos o Encontro Europa-África de Cultura; tivemos o cinema da CPLP. Agora estivemos na Alemanha e Argélia, para não falar dos festivais nacionais de cultura, e há muito tempo que isso não acontecia. Isto tudo mostra a pujança, a força com que a cultura esteve presente nesta governação. Poderia falar da literatura, da música, tudo isto é uma dinâmica. Sinto muito orgulho de ser ministro da Cultura na República de Moçambique pelo conjunto de acções que realizámos.

A indústria de cultura em todo o mundo é poderosa. Há países que são conhecidos pelos seus artistas. Dá a sensação de que a exploração desta indústria cultural em Moçambique ainda é algo inexistente...

Eu concordo consigo, por isso, todos esses contactos que temos estado a fazer, quer com a União Europeia, quer com vários países, visa conquistar um espaço no mapa cultural do mundo, e isso acho que conseguimos. Já há filmagens a ser feitas no país; já temos matéria-prima e capacidade. Por isso, vamos criar um instituto superior de cultura, que vai começar a funcionar a partir deste ano.

NYAU E TIMBILA

Timbila e nyau foram proclamados obras primas do património oral e imaterial da humanidade. Que capitalização o Estado está a fazer deste assunto? Existem dados que permitam um conhecimento profundo destas danças?

Este mês estivemos na Argélia, onde o nyau e a timbila foram os

nossos cartazes de apresentação. Mas estamos cientes de que temos que fazer mais trabalho a nível interno. Estamos a introduzir nas escolas o ensino da timbila e estamos a estudar formas de preservar as árvores que ajudam a manter o fabrico da timbila. Vamos continuar a investigar, através do nyau e da timbila, outras formas de manifestação para não continuarmos com apenas estas danças, porque temos também o tufo, mapiko, xigubo, entre outras.

O sr. ministro tem a consciência de que no seio dos artistas persiste a ideia de que o poder político olha para esta área como algo subalterno?

Totalmente em desacordo. Penso que nós nunca tivemos uma forma tão clara de o Governo expressar o seu comprometimento com a cultura como fizemos nesta governação. O Governo conseguiu, nos últimos tempos, fazer festivais de cultura em todos os anos. Pelos recursos existentes, neste momento, o Governo fez muito e estamos satisfeitos com isso. ■